

## Apresentação do Dossiê

### Perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias

DOI: 10.5965/19847246242023e0200

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0200>

#### 1 Perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas

As contribuições teóricas e críticas de cada um(a) dos(as) autores(as) que integram o presente dossiê se inserem em perspectivas contracoloniais e em ecologias antirracistas. As formas de “reexistir” encontradas pela população negra e indígena têm cada vez mais inspirado novos imaginários de criação de outros mundos possíveis. Afinal, a criação de outros e novos mundos, por parte desses povos, já se apresentava como condição *sine qua non* desde a colonização euroamericana.

Não obstante, durante séculos, o contrato racial da branquitude (*racial contract*), como um dispositivo político, moral e epistemológico (Mills, 1997) tentou silenciar e apagar o caráter inventivo contido nas lutas emancipatórias antirracistas. Nem por isso a circulação, a produção e a recriação desses saberes deixaram de existir. Afinal, como reflete Conceição Evaristo (2015) em um de seus contos, “a gente combinamos de não morrer”. É, portanto, contra o estatuto da morte que, desde o colonialismo, são travados os enfrentamentos em distintos campos, a saber: epistêmico, religioso, econômico, educacional, cultural, ético, afetivo, estético, tecnológico, entre outros.

No contexto do “fim do mundo” resultante de catástrofes planetárias, o impulso de morte colonial (simbólico, material, físico, imaginário etc.) é cada vez mais tensionado pelo impulso de vida contracolonial. Porém, conforme sabemos, uma das artimanhas do capitalismo (e, por conseguinte do Capitaloceno) é a sua plasticidade (Harvey, 1992). Para

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

*Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto*

Harvey, a plasticidade faz parte de uma lógica transformativa e especulativa do capital que se dá através de “[...] um processo de produção da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas” (Harvey, 1992, p. 307). O risco iminente, então, é das “ideias revolucionárias” relacionadas às perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas serem capturadas e convertidas, desde o seu nascedouro, em bens mercadológicos, políticos e corporativos destinados ao mero consumismo neoliberal da moda.

Reinscreve-se aí a potência criativa e inventiva inerente às lutas contracoloniais em relação a agenciar novos imaginários e outros mundos possíveis ante as diferentes opressões e violências sociais que ocorrem em territórios em nível local e global. A esse respeito, cabe ressaltar a participação histórica do movimento negro por meio da Coalizão Negra por direitos durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), realizada entre 1º e 12 de novembro na cidade de Glasgow, na Escócia, no ano de 2021. Na ocasião, algumas das reivindicações feitas pela Coalizão tratavam do direito das populações tradicionais à terra, da efetivação da titulação de terras quilombolas e da construção de uma política de desmatamento zero e de controle do aquecimento global. O evento contou ainda com a participação de mais de quarenta lideranças indígenas brasileiras, a maioria mulheres, que reivindicam, entre outras coisas, a demarcação de terras, a redução do desmatamento das florestas em territórios indígenas e justiça socioambiental.

O impulso de vida contracolonial em relação à justiça socioambiental planetária é celebrado novamente durante a COP 27, que ocorreu entre 6 e 18 de novembro de 2022, em Sharm El Sheikh, Egito. Nela estavam presentes as delegações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), da Coalizão Negra por Direitos e da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Entre os principais pontos reivindicatórios, destacam-se: a denúncia sobre o racismo ambiental existente no país, a redução das desigualdades socioambientais, a implantação de metas ambientais que levem em conta as ameaças à população negra, a valorização dos territórios quilombolas e indígenas, a necessidade de demarcação e da não liberação da mineração em territórios indígenas e a conscientização de que as áreas com maior biodiversidade e com vegetação

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

preservada no planeta são territorialidades protegidas e manejadas pelos povos originários.

A participação do presidente da república brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, no evento, além de aguardada pelos chefes de Estado e de lideranças dos movimentos sociais e socioambientais, significou acima de tudo o *esperançar* relacionado à retomada ao direito da vida humana e não humana. De partida, Lula anunciou retomar políticas para reduzir o desmatamento na Amazônia que foram abandonadas sob Bolsonaro e o maior compromisso com a proteção climática. Novos acordos foram estabelecidos acerca do Fundo Amazônia, assim como as metas da Política Nacional de Mudanças Climáticas. No curso das mudanças políticas, vale ressaltar ainda a promulgação do Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro de 2023, que institui o Ministério da Igualdade Racial (MIR), sob a gestão da ministra Anielle Franco e o Decreto nº 11.355, do mesmo ano, que aprova, de maneira inédita na história do país, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), sob a gestão da ministra Sonia Guajajara.

Nesse contexto, é preciso, infelizmente, lembrar o genocídio dos povos indígenas da etnia Yanomami por desnutrição, ocorrido durante os quatro anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (Oliveira, 2023). O abandono de políticas públicas de saúde e de direitos humanos destinadas a esses povos está intrinsecamente relacionado com os interesses político-garimpo-comerciais por parte desse desgoverno. O impulso de morte associado ao Antropoceno não vê problema algum em exterminar os mundos de outros seres vivos. Esses seres foram racializados, desumanizados e objetificados, considerados inferiores e sem vida no curso da história e, por conseguinte, elimináveis. O mundo que se busca preservar na lógica do Capitaloceno, portanto, é o mundo que contempla a existência limitada de poucos. E é por esse motivo que o fim deste mundo se torna cada vez mais necessário. Afinal, há muito os saberes e as lutas ancestrais afroindígenas, entre outras, resistem a esse impulso de morte e fazem emergir outras e novas formas de vidas possíveis que se realizam nas experiências do cotidiano.

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

## 2 Colonialismo, racismo e Antropoceno

A violência colonial abriu feridas mortais em corpos e em sistemas de pensamento, mas também nas ecologias de territórios ancestrais e até mesmo na geologia da Terra. Esse último ponto passou a ser considerado com mais seriedade no meio científico e acadêmico quando cientistas do Sistema Terra começaram a encontrar evidências contundentes da agência geológica deletéria do colonialismo (Lightfoot *et al.*, 2013; Lewis; Maslin, 2015).

Em 2017, o Grupo de Trabalho do Antropoceno<sup>1</sup> formalizou a defesa de que estaríamos mesmo vivendo em uma nova época geológica, isto é, em condições não análogas às dos aproximadamente 12 mil anos passados que constituíram o Holoceno e que permitiram a proliferação da espécie humana no planeta. Mas, segundo esses cientistas, o início dessa nova fase planetária só poderia ser verificado, do ponto de vista estratigráfico, a partir do final da Segunda Guerra Mundial (Zalasiewicz *et al.*, 2017).<sup>2</sup>

Logo ficou evidente o perigo de que as relações entre violência colonial e a catástrofe planetária do presente fossem apagadas por força desses enunciados científicos. Situar o início do Antropoceno no século XX, e não em 1610, como propuseram Simon Lewis e Mark Maslin (2015), faria com que as origens coloniais das transformações

<sup>1</sup> O Anthropocene Work Group (AWG) é parte da Subcomissão on Quaternary Stratigraphy (SQS), que por sua vez é um corpo constituinte da International Commission on Stratigraphy (ICS) da International Union of Geological Sciences (IUGS). É nesse âmbito institucional que se formalizam as datações da Escala de Tempo Geológica. Para mais detalhes a respeito da constituição desse grupo de trabalho, vide Lowande (2023).

<sup>2</sup> As outras propostas de datação não ofereceriam, segundo os(as) autores(as) do artigo, um “sinal claro e em escala planetária da influência transformadora dos humanos nos principais processos físicos, químicos e biológicos” da Terra (Zalasiewicz *et al.*, 2017, p. 59, tradução livre). Foram considerados os seguintes marcos estratigráficos alternativos: ~7.000 A.P.; ~3.000 A.P.; 1610 – conhecido como *Orbis Spike*, conforme a formulação proposta por Simon Lewis e Mark Maslin (2015) –; ~1950; e ~1964. O ano de 1950 foi anunciado pelo AWG como a proposta definitiva de datação do Antropoceno em *live* realizada no dia 19 de julho de 2023, no canal do YouTube do Anthropocene Curriculum (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3M4iSSUXZCA>; acesso em 02 ago. 2023), que é uma iniciativa conjunta do Haus der Kulturen der Welt (HKW) e do Max Planck Institute for the History of Science (MPIWG), ambos sediados em Berlim, Alemanha. O local proposto para o novo “GSSP” (sigla em inglês para “seção e ponto de estratotipo de limite global”) é o Lago Crawford, situado em Ontário, no Canadá, por apresentar evidências claras, e correspondentes àquelas encontradas em outros pontos do planeta (a grande maioria dos dados foram retirados de localizações situadas no Norte Global), da sedimentação de plutônio, além de outros vestígios da ação antrópica, a partir dos anos 1950, em função dos testes com bombas atômicas. Informações mais detalhadas a este respeito estão disponíveis em: <https://www.anthropocene-curriculum.org/the-geological-anthropocene/site/crawford-lake> (acesso em: 02 ago. 2023).

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

planetárias que se intensificaram nos séculos posteriores desaparecessem da discussão, conforme alertaram Heather Davis e Zoe Todd (2017). Mais do que o apagamento do passado, a formalização dessa narrativa produzida pela perspectiva de uma branquitude eurocentrada também traria graves riscos futuros, seja pela manutenção de um modo de vida patriarcal e racista ou pela cegueira quanto a soluções de habitabilidade planetária produzidas ao longo de séculos de resistência contracolonial. É impossível separar passado, presente e futuro nessa discussão. O conhecimento das causas do Antropoceno, por mais complexas que sejam, é o que possibilita tanto uma responsabilização justa de seus produtores quanto o planejamento de ações eficazes para o seu enfrentamento.

Desde então, temos, felizmente, presenciado um crescimento muito significativo da literatura voltada para a compreensão das relações entre colonialismo e Antropoceno. Trata-se, no entanto, de uma produção ainda pouco acessível para o público lusófono, e esse foi um dos motivos que nos levaram à proposição do presente dossiê temático.

Um argumento muito presente nessas reflexões é aquele que sustenta que o Antropoceno só pôde ser produzido por meio de uma visão de mundo colonialista, baseada na cisão ontológica dualista que opõe sujeito e objeto, cultura e natureza, humano e animal etc. Para Jason Moore (2022), por exemplo, é essa perspectiva cartesiana que permitiu a exploração não remunerada (“*Cheap Nature*”) de cursos de rios, da fertilidade de solos, da vida de plantas, animais e do trabalho de mulheres e pessoas racializadas, alterando definitivamente a ecologia planetária desde a aurora da expansão mercantilista e colonial europeia.

Uma vez que essas transformações na ecologia global foram impulsionadas pela apropriação capitalista do trabalho produtivo e reprodutivo não pago, graças a esse mecanismo onto-epistemológico de objetificação ou naturalização, Moore propôs, inclusive, que o termo Antropoceno fosse substituído por “Capitaloceno”. Proposta semelhante de renomeação aparece no trabalho de Anna Tsing (2022): o “Plantationoceno” seria caracterizado pela “escalabilidade” das formas de produção inauguradas pelas *plantations* coloniais graças a esse mesmo tipo de instrumental cognitivo, ou seja, à sua capacidade de produzir alienação, de modo que, em essência,

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

não haveria diferença entre as paisagens coloniais rurais do passado e as ecologias industriais e pós-industriais do presente.

O foco dos trabalhos mencionados acima não é, contudo, o caráter racial do Antropoceno. Mas, felizmente, o tema do racismo tem sido evidenciado em escritos cada vez mais centrais para esse debate. Em entrevista cedida a Katherine McKittrick em 2007, Sylvia Wynter (2015) coloca em questão a epistemologia moderna, mostrando como ela também é uma forma de cosmologia que normaliza a visão de mundo do homem branco e burguês ocidental por apresentá-la como sustentada por “leis universais”. Não será possível enfrentar o iminente colapso do Sistema Terra se não encararmos o caráter mitológico da metanarrativa cientificista responsável pelas relações racistas que nos conduziram ao Antropoceno.

Nicholas Mirzoeff (2018) também reflete sobre como a divisão do tempo geológico se funda na mesma distinção epistemológica que permitiu cindir o mundo humano em raças no século XIX. Algo muito semelhante é proposto por Kathrin Yusoff (2018), para quem a gramática geológica funda a exploração de corpos negros ao abrir a possibilidade de incluí-los na categoria do inumano, tomando-os como mais uma modalidade de recurso energético; desse modo, por partirem dessa mesma gramática, nenhuma explicação geológica do presente permitiria compreender as bilhões de formas por meio das quais os corpos racializados foram e continuam sendo usados para absorver os impactos sísmicos da exploração capitalista.

Outra análise que se aproxima de maneira instigante dessa linha de argumentação é a proposta de uma “ecologia decolonial” a partir da perspectiva caribenha, conforme formulação de Malcom Ferdinand (2022): segundo ele, a objetificação de pessoas racializadas e o seu sacrifício em momentos de catástrofe apontam para uma continuidade gritante em relação à realidade social fundada com os navios negreiros. Seria impossível discorrer, no entanto, nesta rápida apresentação, sobre a riqueza de diversos outros trabalhos que contribuem para a compreensão do caráter racial do Antropoceno (vide, por exemplo, Todd, 2015; Leong, 2016<sup>3</sup>; Vergès, 2017; Pulido, 2018<sup>4</sup>;

---

<sup>3</sup> LEONG, Diana. The mattering of black lives: Octavia Butler’s hyperempathy and the promise of the new materialisms. *Catalyst: Feminism, Theory, Technoscience*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1-35, 2016.

<sup>4</sup> PULIDO, Laura. Racism and the Anthropocene. In: MITMAN, Gregg; ARMIERO, Marco; EMMETT, Robert

Davis *et al.*, 2019<sup>5</sup>; Eichen, 2020<sup>6</sup>; Erickson, 2020<sup>7</sup>; Gergan; Smith; Vasuvedan, 2020<sup>8</sup>; Joo, 2020<sup>9</sup>; Luke, 2020; Reyes; Chirindo, 2020<sup>10</sup>; Saldanha, 2020; Gosh, 2021).

Ainda que não necessariamente tematizem o problema do racismo (ou, pelo menos, não diretamente), outras duas vertentes de estudos sobre o Antropoceno têm tentado pensar no problema a partir de perspectivas cosmológicas extramodernas.

A primeira dessas vertentes explora o potencial narrativo e político de perspectivas cosmológicas que produzem ontologias diversas daquela de caráter “naturalista” (Descola, 2015) que predomina no chamado mundo ocidental. Um trabalho muito influente dessa vertente é aquele apresentado por Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2017), no qual os autores apontam para os limites da imaginação eurocentrada sobre o fim do mundo. É do “perspectivismo ameríndio” que Danowski e Viveiros de Castro extraem uma figuração possível de futuro, uma vez que esses povos já enfrentaram diversos fins de mundos desde as invasões europeias e, não obstante, continuam “reexistindo” a esse “interminável Brasil Colônia”, como diria Artionka Capiberibe (2019; vide também Castro, 2019<sup>11</sup>). De maneira semelhante, Donna Haraway (2016) especula sobre futuros alternativos a partir de composições com cosmologias indígenas e de outros coletivos compostos por humanos e suas espécies companheiras<sup>12</sup>.

Mas é justamente o trabalho de intelectuais negros(as) e indígenas que tem fornecido o material mais contundente, a nosso ver, para a explicitação do caráter colonialista e racista do Antropoceno. Sem essa percepção histórica e experiencial só

S. (orgs.). *Future remains: a cabinet of curiosities for the Anthropocene*. Chicago ; London: The University of Chicago Press, 2018. p. 116-128.

<sup>5</sup> DAVIS, Janae; MOULTON, Alex A.; VAN SANT, Levi *et al.* Anthropocene, Capitalocene, ... plantationocene?: a manifesto for ecological justice in an age of global crises. *Geography Compass*, [S. l.], v. 13, n. 5, e12438, 2019.

<sup>6</sup> EICHEN, Joshua R. Cheapness and (labor-)power: The role of early modern Brazilian sugar plantations in the racializing Capitalocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 35-52, 2020.

<sup>7</sup> ERICKSON, Bruce. Anthropocene futures: linking colonialism and environmentalism in an age of crisis. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 111-128, 2020.

<sup>8</sup> GERGAN, Mabel; SMITH, Sara; VASUDEVAN, Pavithra. Earth beyond repair: Race and apocalypse in collective imagination. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 91-110, 2020.

<sup>9</sup> JOO, Hee-Jung S. We are the world (but only at the end of the world): race, disaster, and the Anthropocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 72-90, 2020.

<sup>10</sup> REYES, G. Mitchell; CHIRINDO, Kundai. Theorizing race and gender in the Anthropocene. *Women's Studies in Communication*, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 429-442, 2020.

<sup>11</sup> CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Brasil, país do futuro do pretérito*. [s. l.]: N-1 Edições, 2019. (Pandemia).

<sup>12</sup> Para um contraponto crítico a essa perspectiva, vide Chandler e Reid (CHANDLER, David; REID, Julian. *Becoming indigenous: the 'speculative turn' in anthropology and the (re)colonisation of indigeneity*. *Postcolonial Studies*, v. 23, n. 4, p. 485-504, 2020.).

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

*Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto*

resta mesmo uma especulação ainda muito vazia sobre o que fazemos, de fato, para enfrentarmos o Antropoceno. Também seria impossível arrolar aqui todas essas contribuições, mas vale a pena nos lembrarmos de Zoe Todd (2015), antropóloga Métis que aponta, a partir da sua própria experiência, o caráter hétero-patriarcal e supremacista branco dos espaços públicos nos quais os debates sobre o Antropoceno têm se dado, além do influente artigo escrito junto com Heather Davis (2017) em defesa do *Orbis Spike* (1610) como data de início do Antropoceno.

Também é possível citar Khile Whyte (2017, 2018, 2019), intelectual Potawatomi responsável por diversos artigos influentes sobre a importância dos saberes e formas narrativas indígenas para os estudos sobre o Antropoceno e sobre o papel dos “aliados” dos povos indígenas nesse debate. Françoise Vergès, por sua vez, uma importante voz do feminismo decolonial nascida na Ilha da Reunião, no continente africano, com um influente artigo (2017) no qual relaciona o Antropoceno com o racismo ambiental e com o “capitalismo racial”. O nigeriano J. Kelechi Ugwuanyi (2020), que mostra como perspectivas cosmológicas africanas, como as dos povos Igbo, podem contribuir para as discussões sobre o patrimônio cultural na época do Antropoceno.

Arun Saldanha (2020), que nos indica como o conceito de “necropolítica”, proposto originalmente por Achille Mbembe, pode lançar novas luzes sobre a discussão sobre o Antropoceno, inclusive no que diz respeito à sua datação; ou Amitav Ghosh (2021), que nos chama a atenção para o caráter “onícida” (isto é, não apenas genocida, mas também destruidor de paisagens como um todo) da expansão colonialista europeia, que continua deixando as marcas de sua “terraformação” destrutiva em processos continuados de usurpação territorial; além de outras importantes contribuições já mencionadas por aqui, como a de Malcom Ferdinand.

No Brasil, os trabalhos internacionalmente influentes de Ailton Krenak (2019) e David Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2015), além das contribuições mais recentes de Antônio Bispo dos Santos (2023), apresentam um horizonte reflexivo e conceitual extremamente importante para a reconstrução da habitabilidade planetária na época do Antropoceno. O reconhecimento da liderança intelectual e política desses pensadores

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

*Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto*

nos levou a propor, neste dossiê, a reorientação da produção acadêmica por meio de um novo tipo de trabalho de conceitualização. É a experiência da luta antirracista e contracolonial que nos traz o ponto de vista epistêmico e político privilegiado para o enfrentamento do Antropoceno que, conforme argumentamos, nada mais é do que um desdobramento planetário e catastrófico do colonialismo e do racismo.

\*\*\*

As contribuições dos cinco artigos escritos por pesquisadores(as) de diferentes partes do país e a entrevista com o Mestre Antônio Bispo dos Santos seguem nessa direção. Noutras palavras, pensar perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas requer mobilizar novas e outras onto-epistemologias. Nesse sentido, a organização deste dossiê contribuiu também para entendermos a necessidade de outros campos de conhecimentos como, por exemplo, o da educação, se dedicarem de maneira mais aprofundada acerca do racismo ambiental, das transformações biogeofísicas em ecologias situadas, nas elaborações cosmológicas afrodiáspóricas, indígenas e de outras populações tradicionais, bem como dos aspectos teóricos implicados na descrição de todos esses fenômenos, como aqueles que envolvem, por exemplo, a ciência do Sistema Terra e a teoria da interseccionalidade.

É no âmbito dessas reflexões que se insere o artigo intitulado “Ficções para o fim do mundo: uma proposta epistemológica contra-colonial”, escrito pelas pesquisadoras Maria Lucia Macari e Karine Shamash Szuchman. As autoras chamam atenção para uma crise epistemológica, em curso, a qual, a partir de suas narrativas criadas no berço dessa modernidade-colonialidade, alimentam o mundo que conhecemos: o mundo neoliberal-colonial. Nesse caso, a hegemonia das epistemologias brancas ocidentais moderno-coloniais e, por conseguinte, a ficção de mundo que a sustenta são postas em xeque. Para delinear melhor essa crise, as autoras levantam as seguintes problematizações: como a crise deste mundo moderno-colonial que nos chega por meio do discurso está no fim? Estaria a catástrofe planetária alicerçada também no jogo de poder do neoliberalismo-colonial? E, nesse sentido, seria o fim do mundo parte dessa narrativa branco-cis-heteropatriarcal-colonial que agora se vê em crise? Ao refletirem sobre essas indagações,

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

*Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto*

Macari e Szuchman consideram que a ficção coloca-se como arma para que possamos tecer narrativas que tanto dão lugar para o colapso das epistemologias modernas quanto buscam sustentar epistemologias contracoloniais.

Refletir sobre as contribuições do pensamento descolonial para analisar a relação entre extrativismo e colonialidade é o foco do artigo “Colonialidade e extrativismo: existe direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado?”, de autoria de Rayann Kettuly Massahud de Carvalho. O risco cada vez mais iminente da extinção da espécie humana em decorrência da destruição da natureza está relacionado com categorias teóricas assumidas a partir da modernidade capitalista. Carvalho busca evidenciar as contribuições do pensamento da modernidade/colonialidade capitalista em relação a esse modelo de extrativismo. O mito do desenvolvimento, entendido como parte de uma “narrativa fantasiosa” é problematizado à luz das críticas do pensamento descolonial. Na chave analítica-interpretativa de perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas, o estudo em tela aponta para a necessidade da construção de novas políticas ecológicas.

A emergência de novas políticas socioambientais e antirracistas está relacionada com noções de territorialidades e reterritorialidades. Assim sendo, Paulo Gustavo de Alencar, Giovana Mira de Espindola, Raimundo Jucier Sousa de Assis e Maria Sueli Rodrigues de Sousa destacam, no artigo intitulado “O território como episteme de resistência a colonialidade”, a importância do território como locus epistêmico e como uma base para a resistência de diversos povos e populações do campo na América Latina. Contracolonizar diz respeito, entre outras coisas, portanto, à capacidade de reconhecer os saberes afropindorâmicos tradicionais que são gerados a partir de cada território. E mais, a sensibilidade de perceber como essas comunidades agenciam novas formas de vida e reexistências ancoradas por meio de resistências nas reterritorialidades em contraposição à colonialidade do ser-poder-saber. Assim, os(as) autores(as) argumentam que a luta dos camponeses e dos povos originários, ao embutir questionamentos sobre a separação entre natureza e cultura, assume um sentido mais amplo de defesa de toda a vida no planeta, não só o de suas lutas contra a desterritorialização e expropriação, mas do sentido de defender o território, que expande a compreensão das relações sociedade-natureza, o centro da questão ambiental.

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

No artigo “Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade”, Lúcia Karam Tietboehl e Léo Karam Tietboehl dedicam-se a pensar sobre as narrativas e os processos pelos quais certas cosmopolíticas se relacionam no contexto da época geológica do Antropoceno. A capacidade de ficcionalizar imagens dominadoras do colonizador consiste em perspectivas que compõem as diferentes disputas epistêmicas contemporâneas. Assim sendo, a autora e o autor evocam perspectivas ameríndias e amefricanas, buscando evidenciar suas potências de luta e a relação agonística que elas estabelecem com os ideais fundantes de um projeto de modernidade. A constituição do comum emerge daí como parte relevante de uma estratégia de enfrentamento às desigualdades contemporâneas marcadas por crises ambientais e geopolíticas.

Daniel Alves de Jesus Figueiredo, no artigo “Propriedade, posse e uso da terra: controvérsias entre o capital estrangeiro e a tradição no norte de Moçambique”, busca explicitar, a partir de exemplos etnográficos, algumas controvérsias e acordos cosmológicos que são feitos em torno da relação entre o capital estrangeiro explorador e a política entre o reino *visível* e o *invisível*. Ao analisar a relação entre Estado e tradição nesse contexto, o autor aponta as controvérsias que se aglutinam em um contexto no qual as regras do direito, pautadas nos ideais e na prática do pluralismo jurídico, convivem de modo imanente com as regras da tradição, que obedecem a um estatuto cosmológico não moderno, em que a relação entre o mundo visível e o mundo invisível (cabível aos espíritos e entidades inerentes a essa realidade) estabelecem o conjunto das regras sobre o “direito” de uso, propriedade e posse da terra que diz respeito ao mundo visível, mas em sua justaposição metafísica em relação às regras do reino invisível. Essas diferenças cosmológicas, no entendimento de Figueiredo, são relevantes para o processo de negociação, pois a falta de conhecimento acerca dessas diferenças pode levar a confusões complexas que envolvem comunidades locais, o Estado (principalmente em sua instância jurídica) e empresas estrangeiras.

A entrevista concedida pelo Mestre Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), intitulada “Estamos no começo do replantio das palavras”: uma conversa com Antonio Bispo dos Santos (Nego Bispo)”, além de fazer confluir as contribuições apresentadas,

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

significa, entre outras coisas, um manifesto de *palavras vivas* inserido na *guerra das denominações* coloniais. Noutras palavras, no contexto de violências onto-epistemológicas coloniais é preciso *semear e germinar palavras*, nas considerações feitas por Nego Bispo. O lavrador, assim como ele gosta de ser reconhecido, é lavrador não só da roça como também das palavras. Ele é um mestre na arte de germinar palavras-mundos. Na entrevista ele aborda algumas delas, quais sejam: contracolonização, biointeração, saberes orgânicos, saberes sintéticos, cosmofofia, confluência, transfluência, desenvolvimento-envolvimento, entre outras.

Assim sendo, suas *palavras germinantes* criam mundos diversos possíveis. Antônio Bispo traduz a sabedoria do seu povo, portanto, a partir da formação com os saberes de mestras e mestres do Quilombo Saco Curtume, no Município de São João do Piauí.

Para Bispo, pensar perspectivas contracoloniais e ecologias antirracistas significa levar em consideração esses outros repertórios compostos por palavras germinantes com vista a fazer o enfrentamento ao que ele nomeia como Guerra de Denominações. O que leva a concluir que o colonialismo é monocultural. Mas o contracolonialismo pode ser praticado de várias maneiras.

A contribuição de cada um dos artigos apresentados neste dossiê conflui para a possibilidade de construir outros e novos mundos. E, nesse sentido, eles fazem parte do movimento contracolonial em curso. Nesse caso, ao analisarmos os tempos de catástrofes planetárias, as contribuições de Bispo são fundamentais ao colocar em xeque a cosmofofia existente no mundo capitalocênico e monoteista e afirmar, em uma das suas mais recentes publicações, que “Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano” (SANTOS, 2023, p. 29).

## Referências

CAPIBERIBE, Artionka. Um interminável Brasil colônia: os povos indígenas e um outro desenvolvimento. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, [Campinas], v. 1, n. 1, p. 53-77, 2019.

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Batalha. **Há mundo por vir?** ensaio sobre os medos e os fins. 2. edição. São Paulo, SP: Cultura e Barbárie ; Florianópolis: ISA, Instituto Socioambiental, 2017.

DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the importance of a date, or, decolonizing the Anthropocene. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 761-780, 2017.

DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, [Pelotas], v. 3, n. 1, p. 7-33, 2015.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015. p. 99-109.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GOSH, Amitav. **The nutmeg's curse: parables for a planet in crisis**. [S. l.]: Penguin, 2021.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016. (Experimental futures: technological lives, scientific arts, anthropological voices).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JOO, Hee-Jung S. We are the world (but only at the end of the world): Race, disaster, and the Anthropocene. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 72-90, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. **Nature**, [s. l.], v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015.

LIGHTFOOT, Kent G.; PANICH, Lee M.; SCHNEIDER, Tsim D. et al. European colonialism and the Anthropocene: a view from the Pacific Coast of North America. **Anthropocene**, [s. l.], v. 4, p. 101-115, 2013.

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A ciência no tempo das catástrofes: o caso da emergência da Ciência do Sistema Terra. **História (São Paulo)**, [São Paulo], v. 42, p. e2023007, 2023.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Ithaca: Cornell Paperbacks, 1997.

MIRZOEFF, Nicholas. It's not the Anthropocene, it's the white supremacy scene; or, the geological color line. In: GRUSIN, Richard A. (org.). *After extinction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018. p. 123-149. (Center for 21st century studies).

MOORE, Jason W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 128-187.

OLIVEIRA, Jelson. Os Yanomami são um paradigma ético mundial. **Le monde diplomatique Brasil**, [s. l.], 5 fev. 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-yanomami-sao-um-paradigma-etico-mundial/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SALDANHA, Arun. A date with destiny: Racial capitalism and the beginnings of the Anthropocene. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 12-34, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TODD, Zoe. Indigenizing the Anthropocene. In: TURPIN, Etienne; DAVIS, Heather (orgs.). **Art in the Anthropocene: Encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies**. London: Open Humanities Press, 2015. p. 241-254.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UGWUANYI, J. Kelechi. Human-nature offspringing: indigenous thoughts on posthuman heritage. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (orgs.). **Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene**. 1st. ed. London: Open Humanities Press, 2020. p. 266-288.

VERGÈS, Françoise. Racial Capitalocene. In: JOHNSON, Gaye Theresa; LUBIN, Alex (orgs.). **Futures of black radicalism**. London: Verso, 2017. p. 79-89.

WHYTE, Kyle; L TALLEY, Jared; D. GIBSON, Julia. Indigenous mobility traditions, colonialism, and the anthropocene. **Mobilities**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 319-335, 2019.

Apresentação do Dossiê “Perspectivas contra-coloniais e ecologias antirracistas em tempos de catástrofes planetárias”

Natalino Neves da Silva, Walter Francisco Figueiredo Lowande, Edgar Rodrigues Barbosa Neto

WHYTE, Kyle P. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: ancestral dystopias and fantasies of climate change crises. **Environment and Planning E: Nature and Space**, [s. l.], v. 1, n. 1-2, p. 224-242, 2018.

WHYTE, Kyle. Indigenous climate change studies: indigenizing futures, decolonizing the Anthropocene. **English Language Notes**, [s. l.], v. 55, n. 1-2, p. 153-162, 2017.

WYNTER, Sylvia; MCKITTRICK, Katherine. Unparalleled catastrophe for our species? or, to give humanness a different future: conversations. In: MCKITTRICK, Katherine (org.).

**Sylvia Wynter**: on being human as praxis. Durham: Duke University Press, 2015. p. 9-89.

YUSOFF, Kathryn. **A billion black Anthropocenes or none**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018. (Forerunners: ideas first from the University of Minnesota Press, 53).

ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin N.; SUMMERHAYES, Colin P. *et al.* The working group on the Anthropocene: summary of evidence and interim recommendations.

**Anthropocene**, [s. l.], v. 19, p. 55-60, 2017.

**Natalino Neves da Silva**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

**Walter Francisco Figueiredo Lowande**

Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, Brasil

**Edgar Rodrigues Barbosa Neto**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

**Organizadores**

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br